

# A participação das mulheres nos órgãos de controle e gestão das águas no Brasil

**Lucas de Souza Prates<sup>1\*</sup>, Alexsandra Matilde Resende Rosa<sup>1</sup>, Kerley dos Santos Alves<sup>1</sup>, Vera Lúcia de Miranda Guarda<sup>1</sup>.**

Grupo de Pesquisa - Água e Gênero do NUCAT/ Programa de Mestrado Profissional em Sustentabilidade -UFOP

\* E-mail do autor correspondente: lucas.prates1@aluno.ufop.edu.br

Submetido em: 31 mar. 2020. Aceito: 09 jun. 2020

## Resumo

Todo sistema de relações está inserido em espaços em que há associação direta entre lugar, social e relações de poder. Este artigo tem como objetivo discutir, a partir dos conceitos de espaço social e poder simbólico, a equidade de gênero na gestão da água. Assim, buscaram-se aspectos das atribuições sociais construídas em torno de recortes de classe, raça e gênero, tendo como enfoque o gênero. De forma equitativa, foi realizada a pesquisa de caráter legal, uma vez que existe a competência dos Estados em reduzir discriminações, marginalizações e efetivar os direitos relacionados ao uso e manuseio da água.

**Palavras-chave:** Espaço social; Espaço simbólico; Gênero; Água; Poder simbólico.

## Abstract

### ***The participation of women in water control and management in Brazil***

Every social relationship system is around spaces that involves direct association between place, social and power. This article aims to discuss, through the concepts of social spaces and symbolic power, how the gender equality works when it comes to water management. Therefore, it analyses aspects of social assignments which were construed specifically around the debates of Social Class, Race and Gender, focusing on gender. In an equity way, a research of legal disposition was made, once it is State's competence to reduce discriminations, marginalization and effectuate the rights which are related to the use and handling of water.

**Keywords:** social space; symbolic space; gender; water; symbolic power.

## Introdução

Aproximadamente 70% da superfície do nosso planeta é composta por água, mas apenas 2,7% dessa água é doce, ou seja,

própria para o consumo. A água doce encontra-se na forma líquida (rios, lagos e aquíferos); gasosa (nuvens) e sólida (geleiras) e está distribuída de forma irregular pelo território. Assim, "há regiões

com abundância, outras com conforto hídrico, outras com estresse hídrico e outras ainda em condição de escassez” (SOUZA-FERNANDEZ, 2018). Quarenta por cento (40%) das regiões do planeta são semiáridas, e nessas regiões são as mulheres pobres as mais afetadas pela falta de água (SOUZA-FERNANDEZ, 2018 apud Unep, 2000). No Brasil, há quase 13% da água doce no estado líquido, porém sua distribuição territorial, também, é desigual. O nordeste brasileiro, por exemplo, possui 3% da água doce do Brasil e uma população de 27 milhões de pessoas (LUCENA et al., 2018).

Na legislação brasileira, ainda não há nada que articule água e gênero, especificamente, mas a Política Nacional de Recursos Hídricos estimula a participação de todos os indivíduos na gestão da água, a partir da Lei nº 9.433 de 1997. Essa lei tem como fundamento uma visão participativa e democrática para o uso sustentável das águas e o objetivo de garantir o direito ao acesso aos recursos hídricos a todos. Contudo, um dos desafios para aumentar a participação feminina na gestão de recursos hídricos é a ausência de dados sobre a relação água e gênero.

Enquanto que o gênero é uma variável constituída de acordo com os contextos socioculturais e ao longo do tempo, o sexo refere-se aos aspectos biológicos determinados nos conceitos de macho e fêmea. A construção de gênero nos contextos socioculturais estabelece padrões do que se espera, bem como, do que é permitido e valorizado em uma mulher e em um homem. Assim, os papéis de gênero são disseminados e institucionalizados por meio

dos sistemas educacionais, culturais, políticos, econômicos traçando as relações objetivas de poder pelo monopólio da dominação legítima, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores (BOURDIEU, 1989) e que pode ser juridicamente garantido.

Ao utilizar uma abordagem de gênero, o foco não está em homens e mulheres, mas na relação entre eles, e no sistema que determina papéis e responsabilidades, acesso e controle sobre os recursos e potencialidades de tomada de decisão.

O objetivo desse artigo é discutir a partir dos conceitos de espaço social e poder simbólico (BOURDIEU, 2012, 1989), a equidade de gênero na gestão da água e o acesso igualitário aos recursos hídricos. Verifica-se uma rigorosa homologia entre o espaço social, conjunto de posições mutuamente exteriores, e o espaço simbólico, conjunto de práticas e preferências constituidoras dos signos distintivos por meio dos quais os agentes sociais se reconhecem.

## Material e Métodos

Esse estudo apresenta uma abordagem metodológica qualitativa, de cunho interpretativo. Inicialmente foi realizada a revisão de literatura, publicados entre 1997 e 2019 em revistas científicas que apresentam informações relevantes relacionadas à abordagem do gênero e à água, com foco na realidade brasileira. Foram selecionados e analisados doze artigos os quais os objetivos tratavam do tema. A coleta e análise de dados ocorreu entre fevereiro a agosto de 2019. O acesso a artigos científicos, foi feito, sobretudo, a

partir das seguintes bases de dados: Pub Med, Google Scholar e Scielo. Na pesquisa realizada foi utilizada a combinação de termos como “gênero e água”, “gênero e políticas hídricas”, “água e participação feminina”. Com base nos artigos selecionados, foi realizada uma discussão com base nos conceitos de espaço social e poder simbólico de Pierre Bourdieu, quanto a equidade de gênero na gestão da água.

## **Resultados e Discussões**

### **Espaço Social e Poder Simbólico**

A concepção de “espaço social”, proposta por Pierre Bourdieu visa trazer características da hierarquização da sociedade existentes dentro do mundo ocidental, sendo visualizadas como formas simbólicas de exercício de poder. Nesse sentido, o local físico pode transmitir determinados aspectos associados aos sujeitos: “Consequentemente, o lugar e o local ocupados por um agente no espaço físico apropriado constituem excelentes indicadores de sua posição no espaço social” (BOURDIEU, 2013). Todavia, isso seria uma variável insuficiente para entender os vínculos ali existentes, dando caráter mais analítico das relações interpessoais e intrapessoais de determinado local.

As proximidades ou as distâncias desses estilos de vida reproduzidas por sujeitos pertencentes a organizações de grupos, em níveis micro ou macro, são medidas de acordo com capital. Vale ressaltar que há uma leitura para além da interpretação das teorias econômicas propostas, principalmente, por marxistas. Assim, consideram-se os capitais como:

cultural, econômico, social e simbólico (BOURDIEU, 1989). O primeiro, abrange os ensinamentos pedagógicos e o reconhecimento do que é cultura ou a valorização de objetos culturais, possuindo um teor mais próximo da imposição. Já o capital social é a maneira das relações facilitarem o prestígio ou acessibilidade à determinados locais. Outrossim, o simbólico é o reconhecimento de uma autoridade dentro daquele local, podendo transpor e reproduzir estruturas como naturais e legítimas:

As distinções, enquanto transfigurações simbólicas das diferenças de facto, e mais geralmente, os níveis ordens, graus ou quaisquer outras hierarquias simbólicas, são produtos de aplicação de esquemas de construção que, como por exemplos os pares de adjetivos empregados para enunciar a maior parte dos juízos sociais, são produtos da incorporação das estruturas a que eles se aplicam (BOURDIEU, 1989, p. 48).

Por conseguinte, para se obter mais facilmente ou ter êxito nesses capitais, faz-se necessário ter uma força econômica razoável - adquirir livros, filmes, poder estar presente em determinados locais, sua visão de mundo sendo reconhecida -, ou seja, o capital econômico é o facilitador para obtenção de outros capitais (CATANI; CATANI; PEREIRA, 2002).

Os capitais permitem essa naturalização das metáforas construídas sobre o mundo físico, convertendo estruturas sociais em estruturas físicas

coesas, cuja função é de garantir a permanência dessas relações sem haver rebeldias, rompimentos (BOURDIEU, 2012). Dessa forma, os agrupamentos das classes, conjunto de relações, são ligados aos capitais garantindo estabilidade (BOURDIEU, 1989). Basta ter em vista algumas exemplificações cotidianas: a divisão segregacionista dos bairros vistos “nobre, alto, baixo, favela”; divisões políticas com o recurso imaginário (cidades divididas por rios, montanhas, etc); a gentrificação imobiliária:

O espaço físico só pode ser pensado como tal por meio de uma abstração (geografia física); ou seja, ignorando-se decididamente tudo o que ele deve ao fato de ser um espaço habitado e apropriado, isto é, uma construção social e uma projeção do espaço social, uma estrutura social em estado objetivado (por exemplo, a casa kabyle ou a planta de uma cidade), a objetivação e a naturalização de relações sociais passadas e presentes (BOURDIEU, 2013, p. 136).

Outro plano, não menos importante, é o do entendimento do *habitus*, pois este conceito traduz a conformidade dos agentes em reproduzirem estruturas sociais, sendo visualizados como um princípio gerador de práticas e incorporação de caráter duplo: “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade” (CATANI; CATANI; PEREIRA, 2002). Desse jeito, os agentes avaliam, classificam e praticam ações mediante aos seus gostos, linguagem, inclinações político-ideológicas. Consequentemente, os sujeitos estão a todo momento impondo e exercendo faculdades mentais adquiridas como herança daquele espaço. Expõe os autores:

(...) regularmente, um indivíduo nascido e criado nas favelas das grandes cidades – o exemplo é talvez chocante, mas expressivo – descobre cedo a sua falta de “vocaçãõ” para cientista, mesmo sem o saber, isto é, sem disso ter consciência; regularmente, o herdeiro de um império financeiro descobre cedo a sua “vocaçãõ” de financista e mede suas chances a partir dos recursos materiais e simbólicos acumulados por seus familiares. Regularmente, os ricos casam-se entre si; regularmente, o pobre fracassa na escola; regularmente, os agentes oriundos de baixas posições no espectro das posições sociais fazem licenciaturas quando chegam a cursar o terceiro grau etc (CATANI; CATANI; PEREIRA, 2002, p. 110).

Ressalta-se a não aleatoriedade na forma de disposição dos espaços físicos e sociais, uma vez que busca-se a segmentação apropriada desses meios para o desenvolvimento do habitat e do *habitus* adequadas ao local, utilizando as ferramentas de cunho material e imaterial, isto é, o espaço social com a característica influenciadora e reprodutora de grupos, mais especificamente de agentes legitimamente reconhecidos como autoridades daqueles grupos. Portanto, unificação e homogeneização estão intrínsecas a esta concepção, dado que indivíduos com capitais similares tendem a se encontrar e permanecer estigmatizando e excluindo sujeitos não “adequados” a lógica invisivelmente imposta, Bourdieu discorre:

Pode-se considerar a experiência limite das famílias que são e se sentem deslocadas no espaço que lhes é concedido, como paradigma da experiência à qual se é exposto todas as vezes em que se entra em um espaço sem

preencher todas as condições que ele exige tacitamente de seus ocupantes. Isso pode ser a posse de um certo capital cultural, direito de entrada verdadeiro que pode interditar a apropriação real dos bens ditos públicos ou a intenção mesma de apropriar-se deles (BOURDIEU, 2013, p. 140).

Tendo em vista o conjunto de fenômenos e conceitos apresentados, percebe-se a importância da diferenciação do espaço físico e o espaço social, pois as características estruturadoras permeiam as localizações e arquiteturas construídas, superando a variável física, adentrando as relações dos indivíduos e suas intelectualidades segregadoras ou inclusivas. Assim, os espaços atribuídos às mulheres podem estar ligados a essa atribuição presente do imaginário social e constituem barreiras simbólicas ou físicas.

### **Mulheres e o patriarcado: do privado ao público**

Refletir acerca do local atribuído às mulheres no contexto das concepções de espaços é a tentativa da busca do entendimento das diferenciações atribuídas aos cidadãos por sua condição, única de mulher, embora, precisa-se considerar a interseccionalidade, nomeada por Saffioti (2004) de “Nó”, tríade do patriarcado, racismo e capitalismo. Dessa maneira, Neuma Aguiar (2000) reúne perspectivas sobre as definições de patriarcado como um fenômeno de sistema de poderes em que os homens mantêm uma relação de dominação com autoridade pessoal fundamentada na cultura, ou seja um subversão das mulheres por sua condição enquanto mulher, contém

a proximidade com o sistema de escravismo sócio-histórico brasileiro.

Em primeiro plano, deve-se elencar que a redução da diferenciação das atividades atribuídas ao homem e a mulher não são solucionadas no plano biológico, uma vez que a socialização dos meninos e meninas já desenvolvem a atribuição do espaço doméstico às mulheres e do público aos homens (ALVES, 2016), conferindo uma relação de poder no plano do simbólico (BOURDIEU, 1989) e, a partir disso, uma dominação econômica (SAFFIOTI, 2004). Dessa maneira, percebe-se, como as dimensões social, histórica e política, ganham caráter de importância sobrepostos a dimensão biológica.

Por outro lado, Saffioti atribui a culpa ao próprio sistema capitalista, cuja essência, é a busca do lucro, a situação de vulnerabilidade das mulheres. A autora discorre como a plena integração da mulher nunca foi realizada, pois a mistificação da “meritocracia” é insuficiente dados os inúmeros filtros apresentados em relação a este grupo, demonstrando como a divisão das atividades só são demandadas para suprir determinadas conjunturas e, na maioria dos casos, a subalternidade.

Nesse contexto, o trabalho doméstico ainda estaria impedindo a ascensão das mulheres, acentuando a relação de dependência (SAFFIOTI, 2004) e atribuição do espaço doméstico como seu, além disso, a padronização da mão de obra não permitir a participação mais ativa dessas mulheres no espaço público. A fim de retratar tal pensamento, pesquisa na área do turismo rural exemplifica como os gastos atribuídos às atividades de lazer ou do lar para

manutenção do grupo familiar são destinadas às mulheres, enquanto os homens fazem investimentos de rendas maiores (LUNARDI; SOUZA; PERURENA, 2015).

Sendo assim, existe o impedimento da libertação das mulheres, apesar de avanços decorrentes das teorias e lutas feministas: “A despeito dos avanços femininos na conquista dos espaços públicos e de uma divisão de papéis mais igualitária no espaço doméstico, a mulher ainda é a principal responsável pelos cuidados com o lar e com a criação dos filhos.” (SILVEIRA; COSTA, 2012, n. p.). Essas barreiras, classificadas pelas autoras Rafaela Vieira e Helena Costa, visíveis e invisíveis, nas quais estão em consonância com as ideias de espaço físico - mobilidade geográfica, falta de recursos básicos - e espaço social - exclusão de atividades, rede de contatos, práticas machistas - não permitem o pleno desenvolvimento e libertação das atividades atribuídas como naturais simplesmente pelo fato de ser mulher.

Da mesma maneira, o imaginário social (MORAES, 1997) produz, os já citados, arquétipos femininos, facilmente percebidos quando refletidos: *marketing* de produtos de limpeza direcionados como público-alvo a mulher; campanhas publicitárias de cervejas sexualizando o corpo feminino; produção pornográfica colocando a mulher em posição de subalternidade e sexual na relação laboral. Por consequência, estereótipos são reforçados e criados no imaginário coletivo, naturalizando e tornando comum essas práticas separadas por gênero, dando destaque a passividade:

A mulher encontra-se sempre dividida entre as duas esferas: muitas vezes, para alcançar o sucesso profissional a mulher precisa renunciar à vida doméstica; ao mesmo tempo, ao se dedicar ao lar esta não tem condições de adentrar no espaço público, por não conseguir conciliar a esfera privada com a esfera pública (SILVEIRA; COSTA, 2012, n.p.).

Desse modo, a incorporação do *habitus* permite a continuidade na reprodução dessas estruturas impostas para novas gerações femininas, ou seja, tal cultura é herdada na forma de herança simbólica e permitem a manutenção do poder patriarcal relacionado intrínseco ao capitalismo, o que garantem a performance do sistemas baseados no sexo e na relação de poder/força cuja a implementação possui relação direta com a perspectiva do materialismo histórico proposto por Marx e Engels (2007) e revisto com a perspectiva da Saffioti (2004).

A modernização e o desenvolvimento, por exemplo, influenciaram de forma diferente a vida de homens e mulheres, de acordo com Teykal e Rocha-Coutinho (2007). Historicamente, as mulheres sempre foram associadas aos cuidados domésticos. Conforme Fisher (2008), com a Industrialização essa condição começou a se alterar devido a novas oportunidades de trabalho para ambos os sexos. Aos poucos, as mulheres foram se incorporando às indústrias, fábricas e outros ramos de trabalho. Porém, as condições de trabalho e oportunidades sempre foram inferiores às oferecidas aos homens.

Ademais, apesar das mulheres ocuparem muito rapidamente o mercado de trabalho externo, os homens não assumiram

com a mesma rapidez as atividades domésticas. Ainda, o mercado de trabalho também não se adaptou às mulheres. O mundo do trabalho foi criado a partir do modelo provedor masculino, assim o mercado de trabalho é constituído com base nos pressupostos sobre um trabalhador que é homem, chefe de família, que tem uma esposa que cuida da casa e é sustentada pelo marido. Esse fato, torna a relação entre trabalho e família mais conflituosa para as mulheres, muitas mulheres sentem-se culpadas por trabalhar fora e sobrecarregadas pela dupla jornada. Além do trabalho externo, elas são responsáveis por executar o trabalho doméstico, cuidar dos filhos, maridos e idosos.

Dessa forma, a feminização do trabalho não possibilitou uma maior igualdade de gênero nos espaços domésticos e nos mercados de trabalho. Observa-se, atualmente, não apenas uma segregação ocupacional, como também a segregação organizacional, onde divisões internas nas organizações impedem o acesso das mulheres em certas funções. Em regra, está segregação, limita o acesso das mulheres em posições de alto prestígio, essa realidade também é observada nos setores da gestão dos recursos hídricos.

### **Construção do espaço social: a equidade de gênero na gestão da água**

As mulheres representam metade da população mundial. Dessa forma, para possibilitar o uso sustentável da água e garantir o seu acesso a todos é imprescindível a participação delas na gestão das águas. Tanto os homens como

as mulheres têm papel central na gestão dos recursos hídricos.

A participação social é um princípio referencial dos Direitos Humanos, garantidos pela Constituição Brasileira e é um dos pilares da legislação sobre os recursos hídricos do Brasil. As populações vulneráveis têm direito de participar das tomadas de decisões, tendo suas demandas ouvidas e valorizadas. A inclusão das mulheres nas decisões sobre a água torna o processo decisório mais eficaz e democrático (ABERS, 2010).

As mulheres possuem grande conhecimento quanto ao uso e gestão dos recursos hídricos, principalmente em zonas rurais, podendo contribuir significativamente para o uso mais sustentável da água. Incorporar a perspectiva de gênero nesse setor permite, também, a visibilidade das desigualdades existentes, a distribuição de poder e a garantia de maior acesso aos recursos.

Nesse contexto, nas áreas de seca é, comumente, atribuído às mulheres e as meninas o papel de buscar água para a subsistência da família, elas gastam muito tempo transportando, armazenando e manipulando o líquido. De acordo com Sérgio Campos (2016), essa função está relacionada ao papel tradicional que exercem como cuidadoras do lar, onde elas ocupam os afazeres domésticos e os homens se dedicam às atividades remuneradas. O transporte de água em locais que apresentam escassez hídrica se torna um desdobramento das atividades domésticas e as mulheres gastam muito tempo com essa tarefa deixando de estudar, trabalhar ou descansar.

As mulheres tomam a iniciativa de treinar suas filhas para executar essa atividade, a qual pode afetar o futuro dessas crianças, já que compromete a saúde, educação e a qualidade de vida delas. A divisão sexual do trabalho começa a ser moldada na infância, diante da divisão de tarefas e espaços, atribuídos a meninos e meninas. Muitas mulheres desenvolvem problemas de saúde, principalmente, no pescoço e na coluna por carregar pesados baldes de água na cabeça, por longas distâncias (SORENSEN; MORSSINK; CAMPOS, 2011). Meninas deixam de frequentar a escola por estarem ocupadas com a coleta de água e lenha (GRANT; WILLETTS; HUGGETT, 2016). As mulheres e crianças, em especial em zonas rurais são consideradas as mais afetadas com a escassez (FISHER, 2008). Isso ocorre, devido ao papel que assumem de desempenhar as atividades domésticas e o cuidado com os membros de suas famílias, papéis em que a água é essencial.

Fato é que a participação das mulheres na gestão da água não deve se limitar apenas a prover as necessidades da família. Para Brown (2010), a participação das mulheres é essencial para garantir que os aspectos de gênero sejam abordados de forma efetiva na gestão hídrica. Porém, de acordo com MONJE SILVA, NÚÑEZ e SUBIZA (2016), as mulheres encontram-se sub-representadas no setor da água, correspondendo 19,7% dos empregados nesse setor. Em relação aos cargos decisórios o cenário é ainda pior, a maioria são ocupados por homens, o que os tornam protagonistas nas decisões sobre a água.

Ahlers e Zwartveen, (2009), consideram que ao analisar a relação entre água e gênero é preciso uma atenção especial para as relações de poder e as políticas. Assim, conforme as autoras, para solucionar as relações desiguais de gênero é necessário analisar o espaço público e o doméstico para entender como as questões de gênero afetam o acesso à água e a participação das mulheres nas tomadas de decisão.

No espaço público, atualmente, quanto mais elevada a instância de poder, menor é a presença feminina, mesmo que o nível de instrução feminino seja superior ao masculino. As posições de alta remuneração e prestígio são subdistribuídas às mulheres, mesmo quando possuem características produtivas idênticas ou superiores a dos homens (VAZ, 2013). Esses dados também são observados na gestão da água.

De acordo com Lord (2002) às mulheres raramente participam dos processos decisórios relativos ao fornecimento da água. Cordeiro et al. (2015), dialoga com a autora afirmando que às mulheres são às responsáveis pelo abastecimento, estando fortemente presente na gestão privada da água, mas não participam dos espaços decisórios.

Dessa forma, a gestão da água reproduz a dinâmica social, onde as mulheres desempenham um papel de suporte, e as decisões continuam sendo responsabilidade dos homens. Assim, as mulheres acabam sendo sub-representadas, também, nesse setor, não tendo suas necessidades ouvidas e valorizadas.

## Conclusões

As mulheres são consideradas as principais usuárias de água no espaço privado, na agricultura de subsistência, saúde e saneamento. Da mesma forma, assumem o papel principal na educação das crianças, no cuidado com a saúde infantil e da família, incluindo os cuidados com os doentes. Na perspectiva abordada por Bourdieu, fica evidenciado modo de pensar pautado pelas dicotomias e oposições, como foi demonstrado, os homens estão muitas vezes no controle de orçamentos, planejamento e decisões sobre a água, sendo os principais gestores no espaço público, revelando a relação paradoxal existente na dualidade gênero-espaço público.

Este déficit da participação feminina reflete a dificuldade do Estado com sua responsabilidade de assegurar que todas as pessoas tenham acesso a água potável, garantindo o acesso não discriminatório à água e a participação inclusiva em todos os mecanismos de tomada de decisão. Com base na literatura utilizada, do ponto de vista das políticas públicas, como minimizar a dominação masculina se ela está tão imbricada no cotidiano e nas formas de organização, como aumentar a participação feminina na gestão de recursos hídricos?

A integração do gênero é uma forma de garantir que as questões inclusão e opressão sejam levadas em conta, tendo em vista a existência de relações de poder e recursos desiguais que tornam os homens mais capazes de acessar e exigir seus direitos à água, enquanto o grupo das mulheres sofre o processo de invisibilidade estrutural. Nesse sentido, a gestão da água

deve levar em conta as perspectivas, papéis e responsabilidades de homens e mulheres. Isso significa explorar as questões de gênero se torna essencial na construção da cultura democrática, plural e inclusiva, cuja proposta é de construir um novo paradigma sem preconceitos ou opressões.

## Referências

ABERS, Rebecca Neaera (org.). Água e política: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de Bacia Hidrográfica no Brasil. São Paulo, SP: Annablume, 2010.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000.

AHLERS, Rhodante; ZWARTEVEEN, Margreet. The water question in feminism: water control and gender inequities in a neo-liberal era. **Gender, Place and Culture**, v. 16, n. 4, p. 409-426, 2009.

ALVES, Kerley dos Santos. **Turismo, trabalho e gênero: uma abordagem interdisciplinar**. Ouro Preto. Editora UFOP/ Departamento de Turismo, 2016.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos avançados**, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil/Lisboa, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. Editora Companhia das Letras, 2012.

BROWN, Rebecca. Unequal burden: water privatisation and women's human rights in Tanzania. **Gender & Development**, v. 18, n. 1, p. 59-67, 2010.

CAMPOS, Sergio. Água: uma coisa de mulheres? **IDEAÇÃO: Inovação em gestão pública**, 20 de out., 2016. Disponível em: [https://blogs.iadb.org/ideacao/2016/10/20/305\\_agua\\_mulheres\\_genero/](https://blogs.iadb.org/ideacao/2016/10/20/305_agua_mulheres_genero/). Acesso em 24 de jun. 2019.

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira; MORALES, Paola Alejandra; SILVEIRA, Sandra Maria Batista; CLEMENTE, Flávia da Silva. Mulheres rurais e as lutas pela água na América Latina. **Temporalis**, v. 15, n. 30, p. 495-514, 2015.

MORAES, Dênis de. Notas sobre imaginário social e hegemonia cultural. **Contracampo**, n. 01, p. 93-102, 1997.

FISHER, Julie. Women in water supply, sanitation and hygiene programmes. In: **Proceedings of The Institution of Civil Engineers-Municipal Engineer**. Thomas Telford Ltd, 2008. p. 223-229.

GRANT, Melita; WILLETTS Juliet; HUGGETT, Chelsea. Gender and SDG 6: The Critical Connection. **A Framing Paper developed for the High-Level Panel on Water**. 2016.

LORD, Selborne. **A ética do uso da água doce: um levantamento**. São Paulo: Editora Unesco, 2002.

LUCENA, Clara Yasmim De Souza; SANTOS, Danilla Joyce Rocha dos; SILVA, Polyana Lorena Santos da; COSTA, Eulália Dantas da; LUCENA, Rebecca Luna. O reuso de águas residuais como meio de convivência com a seca no semiárido do Nordeste Brasileiro. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 4, p. 1-17, 2018.

LUNARDI, Raquel; DE SOUZA, Marcelino; PERURENA, Fátima. O trabalho de homens e mulheres no turismo rural em são José dos ausentes: O “leve” e o “pesado”. **Turismo-Visão e Ação**, v. 17, n. 1, p. 179-209, 2015.

MARX, Karl. ENGELS. Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

MONJE SILVA, Andrea, NÚÑEZ, Anamaría, SUBIZA, Dolores. (2016) A água tem gênero? **Inter-American Development Bank**, 28 de mar. 2016. Disponível em: <https://publications.iadb.org/handle/11319/7700?localeattribute=pt&#sthash.xtMzHsy0.dpuf>. Acesso em 24 de jun. 2019.

CATANI, Afrânio Mendes; CATANI, Denice Bárbara; PEREIRA, Gilson R. de M. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 15, n. 1, p. 05-25, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVEIRA, Clara Maria Holanda, COSTA, Renata Gomes da. **Patriarcado e capitalismo: binômio dominação-exploração nas relações de gênero**, 2012. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/PATRIARCADO\\_E\\_CAPITALISMO\\_BIN%C3%94MIO\\_DOMINA%C3%87%C3%83O-EXPLORA%C3%87%C3%83O.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/PATRIARCADO_E_CAPITALISMO_BIN%C3%94MIO_DOMINA%C3%87%C3%83O-EXPLORA%C3%87%C3%83O.pdf). Acesso em 20 out. 2016.

SORENSEN, Susan B.; MORSSINK, Christiaan; CAMPOS, Paola Abril. Safe access to safe water in low income countries: water fetching in current times. **Social Science & Medicine**, v. 72, n. 9, p. 1522-1526, 2011.

SOUZA-FERNANDES, Luciana Cordeiro. Água: um olhar feminino. **Labor E Engenho**, v. 12, n. 2, p. 182-196, 2018.

TEYKAL, Carolina Macedo; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. **Psico**, v. 38, n. 3, p. 262-268, 2007.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 765-790, 2013.